

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 794/XIII/2.^a

RECOMENDA AO GOVERNO QUE MANTENHA O CENTRO DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO DO SUL NA ESFERA PÚBLICA, DOTANDO-O DE UMA AMPLA AUTONOMIA E COM OS RECURSOS HUMANOS, TÉCNICOS E FINANCEIROS NECESSÁRIOS AO SEU PLENO FUNCIONAMENTO

No ano de 2007, foi criado em São Brás de Alportel o Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul (CMRSul), servindo a área geográfica dos distritos de Faro e de Beja, com uma população de cerca de 600 mil habitantes. Poderá ainda prestar cuidados à população de outros distritos do país, desde que tenha capacidade disponível e não ocorram listas de espera.

O CMRSul é uma unidade especializada, considerada de excelência, da rede de referência hospitalar de medicina física e de reabilitação do Serviço Nacional de Saúde. Destina-se a receber doentes com lesões medulares, traumatismos crânio-encefálicos, acidentes vasculares cerebrais e outras patologias do foro neurológico, reumatológico, ortopédico, cardiovascular e pneumológico.

Até 2013 a gestão do CMRSul foi assegurada em regime de Pareceria Público Privada (PPP) com o Grupo Português de Saúde (GPS), que pertencia à Sociedade Lusa de Negócios, holding do BPN, mais tarde Grupo Galilei Saúde. Em setembro de 2013, o anterior governo do PSD/CDS decidiu prorrogar o protocolo de gestão com a mesma entidade privada, autorizando a Administração Regional de Saúde

do Algarve (ARS/Algarve) a realizar uma despesa adicional de 8,23 milhões de euros para garantir o prolongamento do contrato celebrado em junho de 2006, e que previa um pagamento de 43,6 milhões de euros pelos sete anos de gestão. Em novembro de 2013, o Tribunal de Contas considerou o referido contrato abusivo e ilegal, visto o mesmo violar os princípios da concorrência, da igualdade e da transparência, considerando que “a ausência do concurso implica a falta de um elemento essencial da adjudicação, o que determina a respetiva nulidade”.

Assim, a partir de novembro de 2013, a ARS/Algarve assumiu a gestão do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul. De acordo com o Despacho do governo, na altura, ficava garantida a continuidade do funcionamento do Centro e dos seus serviços de prestação de cuidados de saúde à população com o mesmo nível de qualidade e acesso. Ficava a ARS/Algarve ainda com a incumbência de designar um coordenador para o Centro e mantendo neste uma estrutura organizacional adequada à sua missão e às exigências de um elevado nível de desempenho. Para assegurar o financiamento da atividade do Centro, o referido Despacho estipulava que “o orçamento da ARS do Algarve, IP, poderá vir a ser reforçado com as verbas adequadas, tendo em conta a estrutura existente e o nível de atividade assistencial que vem sendo realizado pelo Centro”.

Na audição decorrida na Comissão Parlamentar de Saúde no dia 18 de junho de 2014, o presidente da ARS/Algarve referiu que esta entidade tinha capacidade para assegurar a gestão do Centro de Medicina e Reabilitação do Sul. O que era necessário era dotar este Centro do financiamento necessário ao seu funcionamento, bem como a autorização para a contratação dos profissionais em falta.

Os graves problemas que afetam atualmente o CMRSul, com falta de financiamento adequado e falta de médicos e de outros profissionais, têm origem no anterior governo PSD/CDS, que não tomou as medidas necessárias e adequadas. Mas, por exemplo, preparava-se para dar à PPP uma avultada quantia de mais de 8 milhões de euros.

No final de 2014, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda questionou o Ministério da Saúde sobre a saída do Centro de 18 profissionais (médicos, enfermeiros e fisioterapeutas) e que não tinham sido substituídos por falta de autorização da tutela para contratação de novos trabalhadores. Esta situação levou a que a instituição, onde

antes não havia listas de espera, ficasse com 27 doentes a aguardar tratamento e levasse a uma redução de 30% na capacidade de resposta em ambulatório. Toda esta conjuntura levou a que o referido Centro deixasse de ser acreditado pela Commission on Accreditation of Rehabilitation Facilities, uma organização norte-americana que avalia as boas práticas no que respeita à reabilitação, acreditação que foi perdida.

Ao longo dos últimos anos, o CMRSul tem vindo a deparar-se com várias dificuldades no seu funcionamento, muitas delas associadas à falta de profissionais. A indefinição em que caiu durante o anterior governo agravou os problemas. Em março passado, a Comissão Parlamentar de Saúde deslocou-se ao Centro, onde constatou as reais dificuldades que este atravessa. Com uma capacidade instalada de 54 camas para internamentos, apenas 27 (50%) se encontram ocupadas devido à carência de profissionais. Por sua vez o serviço de ambulatório apresenta várias restrições, também por insuficiência de recursos humanos, prejudicando assim os doentes que devia acompanhar. O CMRSul também não estará a receber novos doentes, verificando-se listas de espera para internamento, facto confirmado pelo atual governo no início deste ano.

Recentemente, o governo anunciou algumas medidas envolvendo o Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, nomeadamente, a sua integração no Centro Hospitalar do Algarve, Centro Hospitalar que mereceu a oposição veemente do Bloco de Esquerda desde a sua criação. Todos sabemos das grandes dificuldades que continuam a envolver este Centro Hospitalar, particularmente a falta de médicos e de outros profissionais.

A solução para o CMRSul não pode ser apenas organizativa, tem de ser uma solução de facto. Isso passa por manter o CMRSul na esfera pública, dotando-o de uma ampla autonomia administrativa e financeira, que permita o seu normal funcionamento, assegurando a estabilidade das equipas e a contratação dos profissionais em falta – médicos, enfermeiros, técnicos, assistentes operacionais e outros profissionais.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Mantenha o Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, em São Brás de Alportel, na esfera pública, dotando-o de uma ampla autonomia e com os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários ao seu pleno funcionamento.

Assembleia da República, 07 de abril de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,